

HELENA SUSANO

■ 42 anos

■ Juíza em Santiago do Cacém

■ Ex-professora de Português e Francês

ANTÓNIO XAVIER

» JUSTIÇA

Juízes dos sete ofícios

O Governo quer alargar o acesso à carreira judicial. Histórias de magistrados que vieram de outras profissões

TIAGO FERNANDES

O JUIZ EDUARDO LOBO ESTÁ a julgar cinco homens por tráfico de droga. A coisa parece clara: quatro deles depõem coerentemente contra o quinto arguido, o mais novo e franzino de todos, que não desmente as acusações. As testemunhas compõem o ramalhete e o Ministério Público (MP) não levanta ondas. O juiz, esse, recua 20 anos no tempo: em 1973, o jovem jornalista de *A Capital* Eduardo Lobo recebe uma chamada a «oferecer-lhe» uma notícia que decerto catapultaria a sua carreira: uma megabronca urbanística em Lisboa. «A fonte era ótima, os elementos batiam todos certo... era perfeito de mais», recorda-nos. Eduardo desconfiou, foi para o terreno e aquilo que seria uma grande manchete, acabou numa mão-cheia de nada. E também naquela sala de audiências do tribunal da Boa-Hora, o que

parecia uma história consistente veio a revelar-se um embuste, depois de o juiz ter arrolado dezenas de outras testemunhas e de ter voltado a interrogar os arguidos. «O tal quinto rapaz era o que menos culpa tinha daquilo tudo e aceitara ficar com as culpas por pressão dos outros», explica Eduardo Lobo, 56 anos, que agradece aos oito anos de jornalismo «o sentido crítico das fontes, o ir além do que nos chega às mãos e o ter percebido que

«Queremos trazer para a magistratura O MELHOR QUE A SOCIEDADE PODE DAR», diz o ministro da Justiça

é impossível perceber o crime sem compreender e avaliar a realidade envolvente. E o Direito não ensina isso».

Numa altura em que o Governo se prepara para reformar o sistema de acesso à magistratura, alargando-a a outras áreas

do saber, torna-se pertinente olhar para as variadas profissões que muitos juizes tiveram antes de vestir a beca, de modo a perceber-se que mais-valias trouxeram para os tribunais. «Queremos trazer para a magistratura o melhor que a sociedade pode dar», afiança à VISÃO o ministro da Justiça, Alberto Costa, referindo a intenção de, além dos recém-licenciados, abrir as portas do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) a «juristas com experiência profissional noutras áreas», como a Sociologia, a Economia e a Contabilidade. Num momento em que está a ser preparada uma nova lei orgânica do CEJ, Alberto Costa diz querer apostar na «formação especializada» dos magistrados, dotando-os de competências específicas para que, depois, possam ser direccionados para julgar certo tipo de crimes.

ANABELA RODRIGUES, a primeira directora não magistrada do CEJ – e que desde 2005

já introduziu novas disciplinas – diz-se favorável à criação de tribunais especializados «face às novas formas de criminalidade, altamente organizada, transnacional ou

em rede», citando o exemplo da competência exclusiva que a Audiência Nacional espanhola tem em delitos como o terrorismo. Conceição Gomes, coordenadora do Observatório Permanente da Justiça, considera que o «sistema penal está hoje muito ocu-

pado com a 'criminalidade de massa', como as dívidas, condução sem carta ou em estado de embriaguez», defendendo assim a criação «de uma rede de organismos específicos de modo a que haja um tratamento diferenciado da pequena e média para a criminalidade mais grave». Quanto à formação dos magistrados, Conceição Gomes frisa a necessidade de uma nova orientação sociológica: «Os candidatos têm de conhecer melhor a sociedade.»

NO QUE TOCA A JOVENS e famílias, pouco haveria a ensinar a Helena Susano, 42 anos, juíza em Santiago do Cacém e antiga professora de Português e Francês. Os 14 anos que teve de docência ensinaram-na a decodificar as posturas e estados de espírito dos alunos, os olhares e a linguagem. Sobre tudo a linguagem. «Quando percebo que por detrás de um crime pode estar o consumo de droga, o facto de conhecer os termos que os jovens utilizam permite-me conseguir que eles falem do assunto, o que não acontece com outros colegas.» Helena entende que «um juiz não pode

ser um tecnocrata, mas sim alguém com conhecimentos de Filosofia e História, e que também faça reflexões sobre a vida». No seu caso, privilegia «a pedagogia com os jovens». Da mesma forma que, como professora, nunca deu um 1 a nenhum aluno no primeiro período escolar, como juíza prefere aplicar uma pena de trabalho a favor da comunidade do que enviar jovens para a cadeia.

Além de adornar as suas sentenças com pensamentos de escritores, Helena diz que o facto de ter passado pela docência lhe deu «uma boa capacidade de escrita, fundamentação e raciocínio», mas também a ajudou «na percepção dos factos e na análise crítica das situações».

Apesar de não lhe «repugnar que algumas áreas da magistratura sejam abertas a não licenciados em Direito», Helena é preemp-

IMÁGIO LUDBERG



SALVADOR DA COSTA

- 66 anos
- Juiz-conselheiro no Supremo Tribunal de Justiça
- Ex-guarda-livros, panificador, escriturário, dactilógrafo e bancário



DESDE €9.750



DESDE €14.990



DESDE €20.250



KIA MOTOR!
The Power to Surprise

JÁ OUVIU O QUE O SEU KIA TEM PARA LHE OFERECER?
KIA STREET PILOT. COM GPS, COM PRESTAÇÕES A PARTIR DE €97.

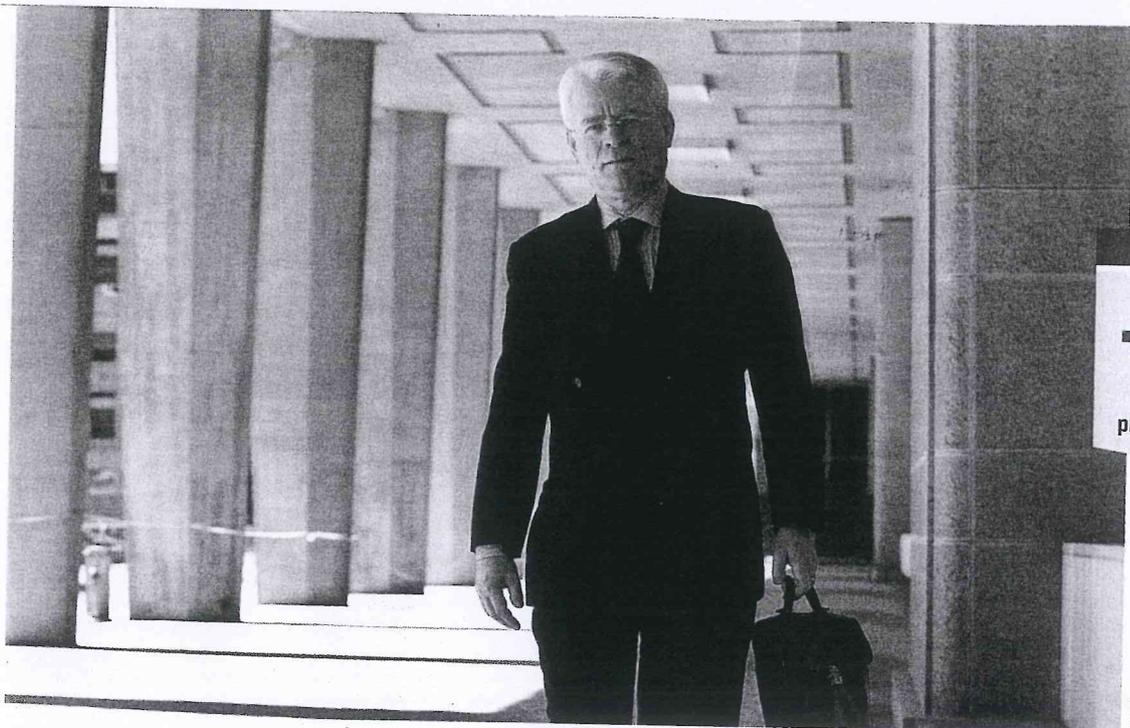
Aproveite o financiamento Kia com prestações a partir de 97€ para a série especial Street Pilot do Picanto, Rio e Cerato. Vêm ainda equipados com GPS para o guiar nas suas aventuras. Diga-lhe onde quer ir que ele diz-lhe como.

Contrato de Crédito, KIA Picanto 1.0, PVP 10.359,84 Euros, 30,135% de entrada inicial, pagamento final de 10%, 72 meses, 71 prestações mensais de 97 Euros e TAEG de 8,0041%. Durante a vigência do contrato o valor da prestação, nos meses de Julho e Dezembro, é o dobro do valor apresentado como prestação mensal. Acresce despesas de contrato de 160,00 Euros. Campanha válida até 30 de Junho de 2006. www.kia.pt ou Linha KIA: 21 034 44 00

as
ver-
er-
os
is-
r»,
Al-
m
do
ju-
ras
e a
stá
do
na
os,
cas
na-

ora
05
lis-
rá-
ais
às
mi-
ga-
ou
ên-
es-
mo.
ser-
era
cu-

ão



JORGE SANTOS

- 61 anos
- Juiz-desembargador jubilado
- Ex-professor e profissional de seguros

ANTÓNIO XAVIER

>> JUÍZES DOS SETE OFÍCIOS

tória ao afirmar «a importância de se ser jurista para um correcto exercício da profissão». Esta é a questão mais delicada suscitada pela anunciada reforma. A Ordem dos Advogados e as associações sindicais de juizes e MP são contra. Anabela Rodrigues também: «O acesso às magistraturas não deve ser aberto a não licenciados em Direito. As especificidades de certas matérias jurídicas devem ser atalhadas com a assessoria técnica.» Quanto ao ministro Alberto Costa, limita-se a um lacónico «essa questão não está nos nossos horizontes próximos». A verdade é que a França é o único Estado da União Europeia a aceitar não juristas no acesso à magistratura e onde estes se submetem «a provas em que devem demonstrar os seus conhecimentos... em Direito!», frisa a directora do CEJ.

O juiz-conselheiro Salvador da Costa, 66 anos, atesta que «é muito complicado dominar as questões jurídicas sem formação em Direito», mas não tem dúvidas em afirmar que a paleta de profissões que já teve lhe «facilitaram muito a vida, em termos de capacidade de análise para a decisão judicial». Quando, em 1972, entrou para a magistratura, já tinha sido aprendiz de guarda-livros, trabalhado numa leitaria e padaria, escriturário na Marinha, dactilógrafo e, por fim, funcionário do serviço de informações comerciais de dois bancos. «Sempre que eu tinha casos de Direito Bancário, tornava-se fácil para mim apreciar os mecanismos de crédito, depósitos paralelos, etc. E como já tinha trabalhado nesse ramo, facilitou-me a percepção de como as coisas se processavam.» Se para o saber técnico «a universidade da vida foi

fundamental», o que deixa este juiz verdadeiramente «orgulhoso» foi «a disciplina de trabalho que uma vida de muitas profissões me deu: por exemplo, nunca deixei atrasar um processo».

TAMBÉM JORGE SANTOS, 61 anos, recorda a primeira vez que o seu trabalho como juiz foi escrutinado. «Revela grande maturidade», escreveu o inspector. O actual desembargador recém-jubilado chegou à magistratura com 34 anos, depois de três anos como professor de Português e Matemática e cinco numa companhia de seguros, na área da regularização de sinistros. «Havia e ainda há um certo preconceito contra as seguradoras, o que me permitiu ter uma atitude neutral para com clientes e companhias em alguns julgamentos, visto que conhecia os procedimentos deles e não ajuizava com base em ideias feitas.»

Coisa que, de resto, não existe no Tribunal de Execução de Penas onde, desde há quatro anos, o juiz e ex-jornalista Eduardo Lobo tem de apreciar inúmeros processos de liberdade condicional. «Aqui não tenho de avaliar provas, mas sim comportamentos de reclusos o que me obriga a ir muito mais além do que o Direito.» Além das permanentes conversas com técnicos prisionais, Eduardo tem devorado livros de psiquiatria, sociologia, hermenêutica e semiótica. O juiz entende que não importa só saber se o preso se portou bem atrás das grades, mas também que ambiente social terá cá fora. Ouve sempre os próprios. Demoradamente. «Afinal, ter a vida de uma pessoa nas mãos é uma coisa muito séria.» ■

O QUE DIZEM OS PARTIDOS



PAULO RANGEL
(PSD)

«É essencial dotar a magistratura de maior relação com o meio. Não me chocaria ver economistas num Tribunal de Comércio ou psicólogos em casos de Família e Menores, desde que tivessem uma formação jurídica.»



NUNO MELO
(CDS/PP)

«As mudanças são positivas, desde que feitas com transparência, segurança e controlo institucional para afastar receios de politização da Justiça.»



LUÍS FAZENDA
(Bloco de Esquerda)

«A abertura a outras áreas é desejável e até a criação de colectivos mistos.»